**EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA FORMAÇÃO DO**

**PROFESSOR GESTOR**

Karla Olímpia Pereira Lima[[1]](#footnote-1)

**RESUMO**

O Objetivo precípuo do presente trabalho é investigar de que maneira a educação para a cidadania interfere no processo de formação dos professores gestores da atualidade e como esse processo interfere na prática do educador na escola. O tipo de pesquisa desenvolvida foi a bibliográfica, o que permitiu aprofundar os conhecimentos acerca do tema a partir da visão de importantes autores da área, tais como Hansen (2000), Vieira & Gomide (2008), Saviani (2009), Andrade (1993), Demo (1995), Brandão (1995), entre outros. Os resultados demonstraram que formar um professor envolve muito mais que transmitir conhecimentos técnicos de sua matéria; envolve sensibilizá-lo acerca de seu papel e da importância de sua função social, pois isso envolve saber que se deve respeitar o educando em todos os aspectos, além da consciência de que deverá estar em constante formação, a fim de acompanhar o movimento que a educação apresenta no mundo atual.

**Palavras-chave:** Educação. Cidadania. Professor gestor. Formação.

**INTRODUÇÃO**

O universo educacional tem sido pesquisado ao longo da história com vistas ao aperfeiçoamento dos métodos e recursos para a melhoria na formação do ser humano, bem como na construção de sujeitos capazes de tornar melhor sua convivência em sociedade.

Educar para a cidadania significa preparar o educando para enfrentar os desafios impostos por essa sociedade; é proporcionar condições para que esse educando tenha acesso à escola e nela permaneça até conseguir uma formação que permita a ele ter uma profissão e um pensamento crítico-reflexivo capaz de situá-lo no espaço e no tempo, e que o conduza a uma vida digna.

A escola é o local privilegiado onde os alunos encontram oportunidade para adquirir os conhecimentos por ele almejados e até então não alcançados. O primeiro momento do aluno na escola pressupõe um encontro, na maioria dos casos, com situações desconhecidas, já que a educação contemporânea prioriza a formação de sujeitos críticos, capazes de transformar a realidade social na qual se encontram.

A formação do professor gestor pressupõe, portanto, uma preparação do profissional para que ele tenha condições de formar o cidadão, a partir do conhecimento do verdadeiro sentido de cidadania.

**1. UM RESGATE HITÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL**

Um elemento fundamental para que se alcancem os objetivos delineados pelas políticas educacionais é a formação adequada para os professores, pois sua prática é que torna real as ações implementadas durante o planejamento da educação. Por isso, essa formação deve estar condizente com a realidade da sociedade na qual está inserida.

De acordo com Hansen, (2000. *Apud* VIEIRA & GOMIDE, 2008, p. 3836), a história da educação no Brasil demonstra que nem sempre houve essa preocupação com a realidade dos alunos. O início dos ideais educacionais brasileiros se deu com a vinda dos jesuítas, no ano de 1549, cuja ideologia era fortemente cristã. Esses princípios educacionais perduraram até a expulsão da Companhia de Jesus, no ano de 1759, pelo Marquês de Pombal. Nessa época, um bom exemplo era a transmissão de valores europeus aos nativos, em detrimento de sua própria cultura e seus costumes.

Para a educação dos professores da época jesuítica, investiu-se no preparo de sacerdotes com habilidades de pregação e da liturgia que, de acordo com Vieira & Gomide (2008, p. 3837):

(...) receberiam uma formação baseada nos clássicos antigos, voltada a padrões da sociedade européia cristã que privilegiavam a retórica com a eloqüência ciceroniana como marca na formação de representantes da Companhia de Jesus. Essa formação, recebida em Portugal ou, mais tarde, no Brasil, constituía a primeira e marcante influência externa na formação de professores da terra recém conquistada.

No entanto, com o advento do governo de Pombal, foi desfeito o forte cunho religioso da estrutura administrativa baseada na educação religiosa, sendo implantadas as chamadas “aulas régias”, que teve inspiração no iluminismo. “Era necessário disseminar uma cultura de base, com o ensino da leitura, da escrita e do cálculo, além dos conhecimentos relacionados às obrigações religiosas e civis.” (VIEIRA & GOMIDE, 2008, p. 3838)

Os professores eram selecionados por meio de concurso público, e data de 20 de março de 1760 a realização do primeiro deles no Brasil. Apesar disso, como não houve nomeação dos profissionais aprovados, a população utilizou os serviços de professores particulares para educar seus filhos. (CARDOSO, 2004. *Apud* VIEIRA & GOMIDE, 2008)

Na época, não se exigia dos professores qualquer diploma para comprovar suas habilidades. “Sua avaliação de desempenho estava adstrita somente à sua conduta pessoal, atestada pelo pároco, pelo chefe de polícia e pelos pais dos alunos” (VIEIRA & GOMIDE, 2008, p. 3838)

Já no período da Proclamação da República, segundo Vieira & Gomide (2008, p. 3840):

(...) foi presente a influência dos princípios de orientação positivista. Na instrução pública, não eram levadas em consideração as peculiaridades do país, com suas diferenças regionais, sendo que no plano docente destacava-se a insuficiência quantitativa e a baixa qualificação dos mestres.

Havia, na época, uma forte tendência à imitação dos modelos apresentados na Europa e nos Estados Unidos, o que fazia com que se deixasse de lado a realidade brasileira, ou mesmo promovia-se a modificação dessa realidade com base nos ideais perpassados pela educação e pelas exigências do governo. Com a promulgação da Constituição da República de 1891 e a instituição de governo federativo, houve a descentralização do ensino. Tal Carta era omissa em relação ao ensino primário, mas “delegava aos estados e aos municípios a competência para legislar e prover esse nível de ensino, obrigando-os a difundir a instrução mediante a disseminação das escolas primárias, sob as bases de um regime livre e democrático.” (VIEIRA & GOMIDE, 2008, p. 3841)

Nesse importante documento, havia também a exigência de que o ensino fosse leigo. De acordo com Tanuri (2000, p. 68), “a atividade normativa ou financiadora do Governo Federal no âmbito do ensino normal e primário não chegou a se concretizar na primeira República, de modo que os estados organizaram independentemente os seus sistemas de ensino”.

Após a Segunda Guerra Mundial, as ideias liberais foram fortalecidas juntamente com o Estado de Direito, sob forte influência iluminista e de uma educação pública que deveria ser direito de todos e dever do estado, questão que persiste até os dias atuais. O ensino organizava-se nessa época, de acordo com Vieira & Gomide (2008, p. 3842):

Os grupos escolares revelaram sua importância, na medida em que definiram as bases estruturais encontradas até os dias atuais: reunião de alunos, organização de salas, seriação, definição lógica e seqüencial de conteúdos, processo avaliativo. Cada grupo escolar tinha um diretor e o número de professores variava de acordo com o número de escolas que tinham sido reunidas. Estes grupos eram também chamados de escolas graduadas, tendo em vista a progressiva graduação das séries letivas, implicando em progressividade de aprendizagem.

Na década de 30, os ideais capitalistas e a economia crescente nessa área já exigia um novo fazer/pensar educacional, direcionando o ensino para a qualificação para o trabalho.

O sistema educacional incorpora características contraditórias: de um lado, a pressão social pela educação; de outro, o controle das elites para continuar os estudos em nível superior. Especificamente, para a formação de professores, inspirada em modelos europeus, evidencia-se esta dualidade, introduzida em nosso sistema de ensino, logo após os estudos primários.

Destaca-se, também nessa década, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, datado de 1932, assinado por 26 intelectuais da época, que se aproximava das ideias de “um sistema educacional, isto é, da organização lógica, coerente e eficaz do conjunto das atividades educativas no âmbito de um determinado país” (SAVIANI, 2004, p.33. *Apud* VIEIRA & GOMIDE, 2008, p. 3845).

Durante a época do Estado Novo, foi promulgada a Constituição de 1937, que fixou como dever da União legislar sobre os quadros da educação nacional, traçando diretrizes e direcionando a educação para o desenvolvimento global do estudante. Os professores, nesse cenário, foram convocados para se profissionalizarem com o objetivo de atenderem às demandas da educação primária. Com isso, a formação de professores precisou ser redefinida. (VIEIRA & GOMIDE, 2008)

Saviani (2009, p. 143-144) faz um resumo da situação da formação de professores no Brasil:

1. Ensaios intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.
2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola-modelo.
3. Organização dos Institutos de Educação (1932-1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.
4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).
5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).
6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006).

O crescimento da formação de professores ao longo do tempo tem ocorrido de forma gradativa. Os obstáculos encontrados ainda persistem na atualidade, ao passo que os profissionais docentes buscam melhorias para condições de trabalho e adaptação curricular de sua formação continuada com o objetivo de estar preparado para as transformações constantes da sociedade atual e para a responsabilidade de formar cidadãos críticos. (SAVIANI, 2009)

**2. EDUCAÇÃO E CIDADANIA**

**2.1. Cidadania**

A palavra cidadania teve origem no latim “civitas”, cujo significado é “cidade”.

Desde a antiguidade, é utilizada para indicar uma pessoa com direitos políticos. Na definição de Dallari (1998, p. 14):

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

Esse direitos, ao longo dos tempos, foram totalmente conquistados. Ao contrário da compreensão de que tais direitos foram concedidos pelas camadas mais abastadas para a população em geral, a cidadania não é doada, mas sim construída e conquistada por meio das lutas sociais travadas por pessoas cujas intervenções tornaram-se significativas em nosso meio.

Por isso, não se pode reduzir o conceito e a prática de cidadania simplesmente ao nacionalismo ou à participação do povo nas urnas eleitorais. De acordo com Andrade (1993, p. 72-73):

(...) o discurso da cidadania se materializa, democraticamente, quando enunciado pelos sujeitos sociais e políticos, visando erigi-lo em espaço político reivindicatório de direitos, seja de velhos direitos estratificadamente reconhecidos, ou de novos direitos, bem como em espaço de exercício de direitos, estatais e para-estatais. Significa que o sentido democrático da cidadania é um discurso postular da possibilidade permanente do dissenso (conflito), ao defender a existência da pluralidade discursiva e do direito aos direitos, indefinidos, não congelados.

A construção da cidadania pressupõe também a construção de relações sociais e de consciências, e isso não se aprende nas teorias, mas na vida prática. É no cotidiano que aprendemos a exercitar nossa cidadania, por meio da convivência com os outros sujeitos e nosso meio e com o próprio ambiente, por meio do cultivo de valores como democracia, solidariedade, ética, entre outros.

A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos. (ARENDT apud LAFER, 1991, p. 22)

Trata-se, portanto, de uma tarefa interminável, de um movimento constante. Não é dever acabado, pelo contrário; o ser humano está sempre em constante construção, pois diariamente nos deparamos com desafios que a vida social nos impõe. O que o mundo necessita é de seres aptos a fazer uma história coletiva e organizada na luta por uma emancipação do ser humano. (DEMO, 1994)

O desafio maior da cidadania é a eliminação da pobreza política, que está na raiz da ignorância acerca da condição de massa de manobra. Não-cidadão é sobretudo quem, por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto. Entende injustiça como destino. Faz a riqueza do outro, sem dela participar. (DEMO, 1995, p. 2)

A discussão sobre esse tema é bastante ampla. Nos detivemos em introduzir esse importante conceito, a fim de darmos continuidade à presente discussão. É importante, pois, diante do que foi apresentado, que cada pessoa faça a sua parte, pensando como cidadão na busca pelo bem comum e pelo respeito às diferenças. Nesse contexto, a educação e os educadores têm um papel fundamental, que é oportunizar aos sujeitos aprendentes momentos em que possam compreender o verdadeiro sentido da cidadania.

**2.2. Educação**

A Educação é um processo que ocorre em todos os segmentos da vida dos sujeitos. Não existe, portanto, uma única forma de educação, apesar de o senso comum associá-la de forma integral à educação escolar. A convivência no meio social permite que todos promovam troca de experiências e transmissão de saberes, o que nos leva a concluir que ela está presente em qualquer nível social e resulta da ação do meio sociocultural. (BRANDÃO, 1995)

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: Educação? Educações. (BRANDÃO, 1995, p. 7)

A Educação pode ainda servir de importante instrumento de dominação, perpetuando o domínio do povo pelas classes sociais abastadas, pois a ordenm social na qual vivemos é bastante complexa. Estamos sob a égide do capitalismo, cada dia mais senhor das escolhas dos sujeitos; isso inclui também a educação, que cada dia mais está ligada aos ideais da filosofia capitalista, tornando-a um “produto” do comércio com a finalidade de controlar pessoas. (BRANDÃO, 1995)

Apesar disso, a educação pode ser instrumento de transformação da sociedade. Para isso, é necessário que se supere essa visão de transmissão, de visão única, de docilidade. De acordo com Brandão (1995, p. 16):

Quando um povo alcança um estágio complexo de organização da sua sociedade e de sua cultura; quando ele enfrenta, por exemplo, a questão da divisão social do trabalho e, portanto, do poder, é que ele começa a viver e a pensar como problema às formas e os processos de transmissão do saber.

Esse processo se dá no cotidiano, quando as pessoas interagem e trocam experiências de conhecimento. Brandão (1995, p. 13), afirma que "a educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado.”

Outra discussão bem ampla seria sobre a definição de educação, mas queremos demonstrar que a educação se processa de forma ampla, e a escola é o espaço privilegiado (mas não único) onde ela ocorre. Daí decorre a necessidade de se formar profissionais que consigam atender às necessidades dos estudantes atuais, que precisam ser considerados em sua formação global, principalmente nos conhecimentos trazidos de fora da escola.

**2.3. Considerações sobre educação, cidadania e formação de professores**

Educar para a cidadania de maneira a se preservar valores relacionados aos direitos humanos é responsabilidade do todos os profissionais envolvidos no planejamento das ações educativas, cuja finalidade deve ser auxiliar o estudante a ter, acima de tudo, uma visão crítica da realidade e uma postura transformadora de seu meio social.

Os professores, por sua vez, são os principais executores dessas ações, o que os torna os maiores responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem. Nesse caso, para que consigam levar a termo as propostas de uma educação voltada para o exercício da cidadania, deve também receber uma “formação de cidadãos aptos a exercerem funções especializadas em todas as áreas do conhecimento” (FÁVERO, 1992, p. 56)

E essa formação de cidadãos deve caracterizar-se como a preparação de homens pensantes, que buscam continuamente novos caminhos, e não de máquinas que sempre repetem automaticamente os mesmos movimentos. Portanto a universidade, além de cultura e de tecnologia, é também a instituição onde se deve formar pessoas, cidadãos e profissionais.

Os conhecimentos passados na instituição formadora de docentes deve deixar claras as prerrogativas de sua função, observando o fato de que a educação é um direito de cidadania, e como direito ela deve ser transformadora. Isso só é possível se o professor compreender totalmente que a cidadania é uma forma de alcançar a autonomia, o que termina por formar o cidadão. Para isso, o docente deve ter, da universidade, um respaldo que o torne sujeito desse processo, conforme afirma Fávero (1992, p. 57):

A universidade deve ser pensada não como uma instituição onde indivíduos se iniciam em certos conhecimentos constituídos ou preestabelecidos, mas onde são possibilitadas condições para que esses indivíduos consigam uma formação que corresponda a seus interesses, às suas aspirações e também à imagem que eles têm de busca da vida social e de seu papel na sociedade.

Não basta uma formação inicial para que o docente esteja realmente preparado para atuar. Quando falamos em formação de docentes, presumimos uma formação que vai bem além dessa formação inicial.

A formação continuada presume um ser em transformação através da aquisição de novos conhecimentos, e a constância é um dos requisitos primordiais para que isso ocorra na vida dos sujeitos. A esse respeito, Haddad (2005, p. 192-192. In: BERNARDINO, 2008, p. 7-8):

Educação continuada é aquela que se realiza ao longo da vida, continuamente, é inerente ao desenvolvimento da pessoa humana e relaciona-se com a idéia de construção do ser. Abarca, por um lado, a aquisição de conhecimentos a aptidões e, de outro, atitudes e valores, implicando no aumento na capacidade de discernir e agir... Educação continuada implica repetição e imitação, mas também apropriação, ressignificação e criação. Enfim, a idéia de uma educação continuada associa-se a própria característica distintiva dos seres humanos, a capacidade de conhecer e querer saber mais, ultrapassando o plano puramente instintivo de sua relação com o mundo e com a natureza.

Candau (1997) considera que a formação continuada parte do próprio espaço escolar, e que considerar a escola como espaço dessa formação significa romper com os parâmetros clássicos e construir uma nova perspectiva de superação das dificuldades encontradas nos diversos assuntos relacionados à Educação.

O compromisso do professor para com sua formação, portanto, torna-se primordial a partir do momento em que ele passa a assumir um papel importante na vida de um conjunto de pessoas que vão se espelhar em suas atitudes e pensamentos. Mediar o conhecimento na escola não é tão simples, envolve conceitos importantes e consciência de responsabilidade sobre a educação para a cidadania. O professor comprometido com uma ética profissional e pessoal mantém sua formação em consonância com as exigências do mercado de trabalho, para que possa dar uma adequada assistência aos alunos, que dependem do comprometimento do profissional para que, mesmo a partir do exemplo, possa ser formador de cidadãos. Afinal, para que se possa ensinar a cidadania é preciso, antes de tudo, saber exercê-la.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação é um bem da humanidade, e por isso todos têm direito a ela. Os processos significativos que a envolvem, para serem absorvidos pelo educando, devem ser transformados em momentos prazerosos, a fim de motivar esse aluno para sua aprendizagem verdadeira. Para esse educando, quase sempre é difícil relacionar o que aprende com sua vida cotidiana, e o professor precisa ter consciência disso. Somente relacionando o que aprende com o que precisa, o aluno consegue realmente aprender; portanto, para que se obtenha êxito no processo de ensino-aprendizagem, é necessário definir claramente o que se busca, quais os objetivos que darão significados à ação docente.

Nesses caminhos está o profissional docente e sua formação. Quando falamos em formação, não a estamos restringindo à formação acadêmica, através de cursos que permitam um conhecimento técnico sobre a matéria que será lecionada. Falamos principalmente em métodos, em meios que permitam ao professor saber reconhecer a humanidade em seus alunos, a história por trás de todos os rostos atentos às suas explicações, suas necessidades individuais.

Falamos no profissional que tem o bom senso de saber que deve “respeito à autonomia, à dignidade e à identidade do educando” (FREIRE, 1996, p. 62)

Assman (1998, p. 34) afirma que “o reencantamento da educação requer a união entre sensibilidade social e eficiência pedagógica”. Isso nos faz refletir que possuem a mesma importância ser um bom profissional, com conhecimentos técnicos e metodológicos e ser um bom conhecedor da natureza e das necessidades humanas, já que “o compromisso ético/político do/a educador/a deve manifestar-se primordialmente na excelência pedagógica e na colaboração para um clima esperançador no próprio contexto escolar”. (ASSMAN, 1998, p. 34)

Investir na formação do professor, portanto, não significa apenas assegurar que o mesmo tenha o conhecimento técnico necessário para ensinar sua matéria aos alunos. Significa, acima de tudo, promover meios de se formar um profissional crítico, conhecedor de sua função social, que verá seus alunos como pessoas com história de vida que deve ser respeitada, como sujeito capaz e dotado de conhecimentos adquiridos além dos muros da escola. Significa despertar nesse profissional o desejo de aprender constantemente, e a certeza de que essa aprendizagem deve ser constante, cada vez mais necessária.

**REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Vera R. P. **Cidadania: do direito aos direitos humanos.** São Paulo: Acadêmica, 1993..

ASSMANN, Hugo. **Metáforas Novas para Reencantar a Educação.** Piracicaba: Unimep, 1996.

\_\_\_\_\_. **Reencantar a Educação: rumo à sociedade aprendente.** Petrópolis, Vozes, 1998.

BERNARDINO, Adair José. **Exigências na formação dos professores de** **EJA.** VII Seminário de pesquisa em educação da Região Sul. 22 a 26 dejunho/2008. UNIVALI, Itajaí – SC. Disponível em: http://forumeja.org.br/sc/files/Exig%C3%AAncias%20na%20forma%C3%A7%C 3%A3o%20dos%20Professores%20da%20EJA.pdf. Acesso em: 05/dez/2014

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação.** 33ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1985.

CANDAU, Vera Maria. **Formação continuada de professores:** **tendências atuais.** In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). **Magistério: construção cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1997.

DALLARI, Dalmo. **Direitos Humanos e Cidadania.** São Paulo: Moderna, 1998.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política.** Campinas : Autores Associados, 1994.

\_\_\_\_\_\_\_. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida.** Campinas: Autores Associados, 1995.

\_\_\_\_\_\_\_. **Política Social, Educação e Cidadania.** Campinas : Papirus, 1996.

FÁVERO, Maria L. A. **Universidade e estágio curricular: subsídios para** **discussão.** In: ALVES, Nilda (org.) Formação de professores: pensar e fazer.São Paulo: Cortez, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** 28ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Formação de professores no Brasil: 10** **anos de embate entre projetos de formação.** Educ. Soc. [online]. 2002,vol.23, n.80, pp. 136-167. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12928.pdf > Acesso em: 05/dez/2014.

MELLO, GUIOMAR NAMO DE. **Formação inicial de professores para a** **educação básica: uma (re)visão radical.** São Paulo Perspec. [online]. 2000,vol.14, n.1, pp. 98-110. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9807.pdf> Acesso em: 25/Nov/2014.

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do** **problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação v. 14 nº. 40jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf> Acesso em: 25/Nov/2014.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores.** Revista Brasileira de Educação, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000, nº 14. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14\_06\_LEONOR\_MARIA \_TANURI.pdf. Acesso em 14/dez/2014

VIEIRA, Alboni M. D. P. GOMIDE, Angela G. V. **História da formação de** **professores no Brasil: o primado das influências externas.** VIII CongressoNacional de Educação – EDUCERE. Edição internacional. III Congresso Ibero– Americano Sobre Violências nas Escolas – CIAVE. Temática: Formação de Professores. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 06 a 09 de outubro de 2008. Disponível em: < http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/93\_159.pdf> Acesso em: 14/dez/2014.

1. Graduada em Letras-Português e Inglês e Pedagogia pela CESAT; Pós-graduada em Gestão Educacional e Educação de Jovens e Adultos Pela UNICIDADE; Mestranda em Ciências da Educação Pelo IESES, sob orientação da Profª. Dra. Angélica Santiago Uchôa Abu Ghazaleh. [↑](#footnote-ref-1)